

INTRODUÇÃO

Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo, romancista, historiador, jornalista e poeta romântico português (1810-1877), revela maestria na criação de *O bobo* (1997), publicado pela primeira vez em 1843, um romance histórico “produto do nacionalismo romântico” (Anderson, 2007, p. 208). Inspirado nos romances de Walter Scott e de Victor Hugo, trata-se também da tentativa de reconstituir uma ideia de nacionalidade portuguesa, na época, em decadência. De acordo com Antônio José Saraiva (1966 *apud* Veigas *et al.*, 2014, p. 257):

Seguindo os criadores do gênero [romance histórico], Herculano pretende, nos seus contos, narrativas e novelas evocar uma Idade Média pitoresca, cheia de contrastes, povoada de homens de feições salientes e capazes de grandes paixões – em contraste com o amaneiramento palaciano do classicismo ou com a vulgaridade cinzenta dos tempos modernos. E também uma Idade Média de liberdade e de particularismos, origem das nacionalidades modernas – em contraste com o nivelamento e a centralização impostas pelo absolutismo monárquico.

Ambientado no século XII, o romance aborda os antecedentes da independência portuguesa, ou seja, a Batalha de São Mamede, ocorrida em 1128, época da constituição de Portugal. Essa obra literário-histórica conta com 168 páginas e é composta por 15 capítulos e 1 adendo. Nela, é apresentada uma dupla intriga: a política, associada a um momento decisivo para a formação do país independente, e a amorosa, com relação à dama inspiradora de paixão nos cavaleiros. Neste artigo, será dado enfoque à primeira.

A intriga política centra-se na disputa pelo poder, no Condado Portucalense, entre a rainha D. Theresa e seu marido atual, Fernando Peres de Trava (Conde de Trava), *versus* D. Afonso Henriques, filho de D. Henrique de Borgonha (falecido) e de D. Theresa. Essa disputa resultará na vitória dos partidários do jovem infante, na Batalha de São Mamede (1128). Muitos historiadores portugueses consideram essa Batalha como o momento determinante para o nascimento de Portugal, pois possibilitou a tomada do poder por D. Afonso Henriques, o prosseguimento da política independentista face ao Reino de Leão e Castela e a estratégia

expansionista do território. Tal trama, como se percebe, representa uma tentativa ufanista e utópica de preservar e elevar o sentimento nacionalista que outrora fez de Portugal uma nação grandiosa.

Tendo no castelo de Guimarães (reduto de D. Theresa e seus aliados) o símbolo da força da nacionalidade portuguesa, Alexandre Herculano eleva esse espaço à condição de um personagem do seu romance, símbolo da glória e da autonomia portuguesa, considerando o fato de o país não se sujeitar ao domínio espanhol. Apesar de toda a seriedade que a caracteriza, devido à sua temática histórica entremeada à ficção, a obra é irreverente porque o grande herói do romance não é o rei D. Afonso Henriques – este, na verdade, um personagem coadjuvante –, mas o astuto Dom Bibas, o bobo da corte do castelo. Esse personagem ficcional é primordial para a derrota do Conde de Trava e para o alcance da supremacia portuguesa. Assim, será abordada a forma irônica na qual o bobo se refere aos seus senhores, dizendo verdades brincando e, de modo oposto, será apresentada toda a mágoa de Dom Bibas, que após ter seu corpo fisicamente castigado por açoites e sofrer humilhações por ordem do Conde de Trava, trama de forma inteligente e metódica sua vingança.

O BOBO E O DESTINO DE PORTUGAL

Em *O bobo* (1997), o truão é o protagonista e mantém a função original do bobo medieval, tão bem explicada por Bakhtin (1987) e Minois (2003): o riso convertido em crítica, capaz de desestabilizar a ordem e revelar a miséria moral da corte e do Clero (poderio religioso à época).

Ao longo do texto, com uma das principais características do romance histórico, as representações de personagens “reais” e personagens fictícios se encontram, gerando as duas intrigas mencionadas, isto é, dois núcleos, que se entrecruzam no desenrolar dos acontecimentos. Ademais, há no romance histórico em estudo a distância de muitos séculos entre o tempo da narrativa “real” e o tempo da escrita “ficcional” – nos moldes, por exemplo, dos já citados romances scottianos – como elemento de composição do romance histórico, um aspecto datado da teoria de Lukács (2011, p. 73):

Sem uma relação experienciável com o presente, a figuração da história é impossível. Mas, na verdadeira grande arte histórica, essa relação consiste não em referências a acontecimentos contemporâneos [...] mas

na revivificação do passado como pré-história do presente, na vivificação daquelas forças históricas, sociais e humanas que, no longo desenvolvimento de nossa vida atual, conformaram-na e tornaram-na aquilo que ela é, aquilo que nós mesmos vivemos.

Dessarte, o historiador indica que tal procedimento está associado à concepção de “passado como pré-história do presente”, na qual é sublinhada a materialização das forças históricas responsáveis pela experiência da vida cotidiana do passado ficcionalizado no presente do romance. Assim, simultaneamente, Herculano oferece ao leitor – por meio de um narrador em terceira pessoa – o melhor do amor romântico, bem como consegue alavancar um dos seus grandes projetos nacionalistas: levar ao conhecimento da burguesia como foi a história dos portugueses, com a finalidade de livrá-la da ignorância política e cultural.

Após traçar, no primeiro capítulo do livro, um panorama histórico, para ambientar o leitor no tempo da trama, o narrador, no capítulo seguinte, revela uma intensa pesquisa historiográfica a respeito dos bobos da corte. A partir daí, o leitor se depara com a descrição de Dom Bibas, no capítulo II:

E não era lá nenhum grande homem: era um vulto de pouco mais de quatro pés de altura; feio como um judeu; barrigudo como um cônego de Toledo, imundo como a consciência do célebre arcebispo Gelmires; e insolente como um vilão de beetria. Chamava-se de seu nome Dom Bibas. Oblato do mosteiro de D. Muma, quando chegou à idade, que se diz da razão, por ser a das grandes loucuras, achou que não era feito para ele o remanso da vida monástica. Atirou às malvas o hábito, a que desde o berço o tinham condenado: e, ao cruzar a porta do ascetério, escarrou ali em peso o latim com que os monges começavam a empeçonhentar-lhe o espírito (Herculano, 1997, p. 23).

Interessante notar como Dom Bibas – a quem o título de “Dom” atribui ares de fidalgo – renuncia, desafortadamente, à vida monástica. Amaldiçoa o monastério, em hebraico, gritando ao porteiro “*racca maranatha*”, expressão que significa “amaldiçoar, rogar praga”, e desaparece de lá para nunca mais voltar. Passa a viver entre a miséria e a fartura, numa típica malandragem que, com o tempo, lhe permitiu adquirir características de artista de rua.

Bastante conhecido e com a chegada do Conde D. Henrique, pai de D. Afonso Henriques, em Guimarães, no passado, havia a necessidade tradicional de se manter um bobo da corte. O trazido de Borgonha morrera

e à corte não agradava um truão importado, queria um fruto da terra, com as características da pátria nascente. E Dom Bibas assumiu o lugar de truão do castelo de Guimarães, devido às suas competências.

É possível reconhecer, em Dom Bibas, uma figura de grande importância social e política, que, no caso do romance *O bobo*, será responsável por mudar o curso da história de Portugal e tudo em decorrência de uma ideia de vingança, como será esclarecido mais à frente. Livre e consciente de seu papel, com ares de louco, o truão irá explorar seu lado mais ardiloso e inteligente, reinando intocável acima do próprio rei.

Apesar de livre em seu palco – com o dizer ora revelador de verdades, ora não reconhecido, assim como o louco (Foucault, 1996) –, o truão era também um escravo. Marginal e marginalizado, era comum a ele sofrer enxovalhos, humilhações de toda sorte, ouvir xingamentos e levar bofetadas. Longe da proteção dada por seu *show*, era apenas um deformado (por vezes, anão, manco, corcunda, dentre outros atributos), representando o lado grotesco da sociedade marcado por deformações físicas, as quais eram julgadas igualmente como deformações morais. Subversivo, suas críticas eram reveladas em suas apresentações artísticas, com o intuito de entreter aqueles que não compreendiam a indignação que havia por trás da truanagem.

Ir contra os senhores da nobreza e do Clero era como cuspir na sociedade que o humilhava, colocava-lhe um chapéu pontudo, imitando orelhas de burro, e duvidava de sua inteligência. Em vista dos abusos recebidos, percebem-se, em Dom Bibas, as marcas das violências simbólica e psicológica sofridas em seu corpo, de maneira a motivá-lo a vinganças contra seus senhores. Esses, sem dúvida, temiam sua língua ferina, proferidora de julgamentos severos.

Tais aspectos do truão são realçados pelo narrador do romance, demonstrando um profundo conhecimento do autor sobre o bobo “real”:

Mas, no meio do silêncio tremendo de padecer incrível e de sofrimento forçado, um homem havia que, leve como a própria cabeça, livre como a própria língua, podia descer e subir a íngreme e longa escala do privilégio, soltar em todos os degraus dela uma voz de repreensão, punir todos os crimes com uma injúria amarga e patentear desonras de poderosos, vingando assim, muitas vezes sem o saber, males e opressões dos humildes. Este homem era o truão. [...] O bobo, que habitava nos paços dos reis e barões, desempenhava um terrível mistério. Era ao mesmo tempo juiz e algoz; mas julgando, sem

processo, no seu foro íntimo e pregando, não o corpo, mas o espírito do criminoso no potro imaterial do vilipêndio (Herculano, 1997, p. 26).

Dom Bibas vivia de sua arte na corte, circulando entre todos, apresentando seus jograis, pregando suas peças e fazendo julgamentos, sem receios ou rodeios. É certo que as mulheres tinham por ele carinho e profunda estima, porque de sua boca nunca fora direcionada a elas palavras capazes de lhes ofender. Apesar desse apreço por parte das damas, o truão não consegue se safar de um castigo físico imposto pelo marido de D. Theresa. Durante um importante sarau, o bobo surge com seus gracejos, como se do nada houvesse brotado.

O sarau, na ocasião, era voltado a discutir sobre o possível embate entre o espanhol Conde de Trava *versus* o infante D. Afonso Henriques (verdadeiro herdeiro do trono de Portugal). No evento, circulavam personagens como: o casal real, D. Theresa e o Conde de Trava; Gonçalo Mendes da Maia, chamado de o “Lidador”, nobre cavaleiro e amigo do infante; Martim Eicha, capelão de D. Theresa; e Frei Hilarião, o abade do Mosteiro de D. Muma.

Gonçalo Mendes (o Lidador), Martim Eicha e Frei Hilarião conversavam a respeito do verdadeiro herdeiro do trono de Portugal, D. Afonso Henriques, por quem tinham apreço, alguém sem origens estrangeiras, como o era o Conde de Trava. O Lidador era um defensor ferrenho dessa ideia e, acaloradamente, expunha sua opinião aos outros dois presentes.

Nesse ínterim, não repararam na figura (imóvel) de Dom Bibas que, consoante o narrador, “não era bobo; era o diabo” (Herculano, 1997, p. 38). Quando iniciou a cantoria dos seus versos, no sarau, principiou também o suplício do tal “diabo”:

Quem me dera o meu infante
Nestes paços reais
Doravante!
Trá-lirá,
Ah, ah, ah!
Ovençais
Do galego
Só aí vejo a cada instante!
Arrenego,
Dom Garcia
Desses teus aragoneses,

E também dos portugueses
Que te fazem companhia!
Capelão,
Canzarrão,
Hão, hão, hão!
Tra-lirá,
Ah, ah, ah! (Herculano, 1997, p. 43).

Antes de tais versos, o truão interrompeu a conversa com um riso, fazendo gargalhar Gonçalo Mendes, enquanto Martim Eicha não achava graça na ação hilária dele e nem se deixou seduzir pelo gracejo realizado.

Nesse espetáculo noturno voltado à nobreza, quando o riso e a conversação tomaram ares de leveza e a alegria transparecia nos gestos dos presentes, somente a rainha conhecia o quanto o riso forçado e a fingida paz lhe custavam. Doía-lhe estar entre o amor pelo Conde e o amor pelo filho e, em função do que se sabe da narrativa e da própria historiografia, o sentimento pelo seu Fernando Peres venceu.

Convém explicar que, quando se iniciou a narrativa, D. Afonso Henriques havia partido há dois meses de Guimarães, seguido por inúmeros ricos-homens e cavaleiros fiéis a ele. O abade do Mosteiro, conhecendo a mãe e o padrasto do infante, previa uma luta cruel, tão avessa ao costume religioso: uma batalha de filho contra mãe, porque a rainha escolhera o seu lado e não o do rebento.

Na ausência de D. Afonso Henriques, cresceu a agitação local e todos acreditavam num combate violento, que culminaria com um vitorioso. Dessa iminente luta decorriam a tristeza e a preocupação da rainha, durante o sarau, sendo o evento mais que uma diversão para a nobreza. Sua motivação eram acertos políticos, através dos quais se discutia a independência do Condado de Portugal.

Dom Bibas, conforme relatado pelo narrador, desistiu da vida monástica e foi viver de sua malandragem e truanagem (arte da bufonaria). É essa arte, a princípio, descompromissada e “suja”, mas plena em esperteza e racionalidade (ambivalência), que permitia ao truão de D. Afonso Henriques desafiar – embora pagando caro por tal atitude – o poder do Conde de Trava e da própria Igreja, na figura do capelão Martim Eicha. Em sua música provocativa – dirigida ao trio masculino antes citado, sem contar a clara preferência pelo infante D. Afonso Henriques –, o truão elege um alvo, o capelão Martim Eicha, e continua sua provocação:

lá de Roma – o Papa – quanto São Mafoma – nome dado pelos cristãos a Maomé – imaginariam que Martim Eicha era um “santo”. Porém, para Dom Bibas, ele não passava de um demônio. O bobo evidencia a luta portuguesa contra os mouros: ela ia além de uma guerra pela disputa de territórios, tornando-se, sobretudo, uma batalha religiosa. Braga (2017, p. 75) observa que:

A linguagem do bufão, sua comunicação paródica, debochada, injuriosa, sua forma cruel de abordagem, o escárnio, a sátira, o obsceno, o simulacro, a blasfêmia, traz a denúncia como ênfase do discurso, motivação de prática contestatória situada em um modo de existir, ainda que em outro formato, considerando que a História tem mostrado o quanto são imponentes algumas de suas revoluções.

O abade do Mosteiro de D. Muma, apesar da proteção da rainha, reprovava, em seu íntimo, a relação existente entre ela e o Conde de Trava. Tal reprovação não se dava por questões morais ou nacionalistas, mas porque Frei Hilarião conhecia as fortes desavenças entre Fernando Peres e o filho de D. Theresa. E tais desavenças poderiam se transformar em um combate sanguinolento, conforme pretendia a população agitada do burgo.

Através do cantar de Dom Bibas, como apontado, às críticas a Martim Eicha somam-se o desprezo pelo sacerdócio e o sentimento nacionalista. Em razão disso, o cônego não sorri, ao ouvir a risada galhofeira do bobo, pois sabia que ela o ridicularizava. Então, o truão colocava fim ao abismo que lhe separava do Clero e seu desprezo vinha à tona. Contudo, as palavras do histrião não seriam perdoadas pelo sacerdote.

Ao fim do sarau, em seus aposentos, D. Theresa – acompanhada por Fernando Peres, Garcia Bermudes e por suas donzelas – é surpreendida por Dom Bibas – de aspecto mais desafiador possível –, sentado em sua cadeira de rainha, como se estivesse pairando em todos os lugares simultaneamente, disparando injúrias em tom de canto gregoriano:

Fora parvo aragonês,
Dom bulcão.
Tlão, tlão, tlão!
Vai tratar de teus amores
No Aragão.
Tlão, tlão, tlão!
As donzelas portuguesas
Lindas são.

Tlão, tlão, tlão!
E por isso haver quer uma
Dom bulrão.
A Dulce
É bela
Donzela;
Mas flor de aleli
Não é para ti.
Kyrieleison.
Kyrieleison.
Requien aeternam dona eis
Et lux luceat eis. (Herculano, 1997, p. 45).

As ofensas se dirigiam primeiro ao Conde de Trava, o “parvo aragonês”, o tolo espanhol (da região de Aragão). É, novamente, perceptível o olhar xenófobo de Dom Bibas, tal como ocorreu com Martim Eicha, no horário do sarau. O bobo afirma que as mulheres portuguesas são belas – como D. Theresa – daí o interesse de Fernando Peres – “Dom bulrão” (fidalgo trapaceiro) – e o aconselha a buscar uma donzela em seu próprio país, deixando o futuro Portugal para os portugueses.

Dom Bibas assume, então, a vontade popular: deseja ver, ao lado de D. Theresa, um rei filho da própria terra. Como tal, de acordo com a narrativa, não foi possível assumir o trono aquele a quem a coroa lhe era de direito, o infante D. Afonso Henriques. O bobo assume claramente sua posição, externando-a ao próprio Conde de Trava, sem demonstrar um mínimo de temor ao afrontar o poder real.

Na sequência, suas troças são dirigidas a Garcia Bermudes, também de origem espanhola, enamorado por Dulce (protegida da rainha), mas sendo dono de seu coração o jovem Egas Moniz, militar partidário de Afonso Henriques. Garcia era aliado do Conde de Trava, que mais tarde lhe confere o título de alferes, hoje correspondente, na hierarquia militar, à patente de segundo tenente. Tal ação, por parte de Fernando Peres, demonstrava a profunda admiração e confiança depositada por ele em Garcia.

A donzela de D. Theresa, “flor de aleli”, como denominou o truão, isto é, flor bela e frágil, nunca seria para o cavaleiro. Repudiando também o poderio militar, Dom Bibas, num gesto extremamente debochado, aterrorizava Garcia ao proferir a aclamação da primeira parte da liturgia da missa, “*Kyrieleison*” (“Senhor, tende piedade”), seguida de “*Requien aeternam dona eis / Et lux luceat eis*” (“Dá-lhes, Senhor, o repouso eterno / E

que a luz os ilumine”). Ora, o bobo, fatídica e diabolicamente, trata Garcia como a um finado, já que a este não estava destinado o amor de Dulce, enamorada de Egas. Todavia, a fala de Dom Bibas parecia prever algo ainda pior do que o desprezo da amada.

Estarrecido, Garcia retira-se, atormentado por Dom Bibas e por sua ação debochada e crítica, durante e após o sarau. Na ocasião aparentemente festiva, confessou seu amor a Dulce, que o rejeitou, embora expressando sua consideração ao futuro alferes, o respeito dispensado a ele e o amor que a ele destinava: amor fraternal. O cavaleiro, há pouco, tivera ferido seu coração de homem e a rejeição amorosa sofrida por ele potencializou a violência das palavras do histrião, sentidas com mais intensidade.

O dia seguinte foi marcado pela confissão do amor renegado ao Conde de Trava, visto que entre Fernando Peres e Garcia havia uma profunda amizade:

O cavaleiro era de feito o valido de Fernando Peres. A amizade dos dois se travara e crescera na Palestina. Garcia salvara o conde em um certo recontro, no qual o filho de Pedro Froylaz, a pé e coberto de feridas, mal se defendia já, com um troço da espada partida, da multidão dos sarracenos que o cercavam. Desde então, companheiros de perigos e deleites, nunca mais se haviam separado. Era uma destas fraternidades de armas de que os tempos bárbaros nos oferecem tantos exemplos, porque ainda não existia a individualidade do homem de guerra, hoje completamente anulada pelo valor fictício a que chamamos disciplina (Herculano, 1997, p. 48).

A expressão fria e morta do cavaleiro espanhol, ao contar sobre sua decepção amorosa, despertou no Conde profunda compaixão e desejo de reparação, de sorte que prometeu a ele a mão de Dulce. Garcia expõe não querer se unir à dama, sem o amor por parte dela, e a narrativa prossegue.

Desconfiado de haver traidores ao seu lado, desejosos de verem subir ao trono o infante D. Afonso Henriques, o Conde pede a seu sobrinho, Tructezindo, para “observar”, durante um ajuntamento da cúria, os presentes. E descobre, na ocasião, Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador, liderando um movimento contrário à continuação do seu reinado.

Enquanto isso, Egas Moniz, enamorado de Dulce, ajuntava lanceiros para que se travasse uma batalha pelo trono, estando o cavaleiro português ao lado de Gonçalo Mendes e de D. Afonso Henriques. Fernando Peres, enfim, fez de Garcia seu alferes e a rivalidade entre os dois cavaleiros

aumentava por esse motivo. No contexto, estão em jogo tanto a disputa amorosa quanto a política, nas quais só poderia haver um vencedor.

O receio de perder o poder, de um lado, e o desejo de conquistá-lo, de outro, levará a uma batalha sangrenta, que mostrará o desejo do povo do Condado Portucalense: elevar ao trono um governante nascido de sua própria terra. Pode-se afirmar que “o poder evoca a ideia de força, capacidade de governar e de se fazer obedecer, império” (Souza; Garcia; Carvalho, 1998, p. 417). E essa concepção embasa a luta travada entre o Conde e o infante: só se admite como vencedor um único homem, pois não era possível uma aliança entre Portugal e Espanha, já que nenhum deles queria perder.

Segundo o *Dicionário de Política*, a palavra “poder”, na esfera social, seja pelo indivíduo ou pela instituição, se define como “a capacidade de este conseguir algo, quer seja por direito, por controle ou por influência. O poder é a capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado” (Blackburn, 1997, p. 301). Quanto à concepção de “governo”, em Foucault (1979, p. 281),

governar um Estado significará, portanto, estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto à do pai de família.

Nota-se que essa governança vigilante era falha da parte de Fernando Peres. Ele não consegue estabelecer seu poder, em vista de não ser capaz de controlar os próprios súditos e mantê-los ao seu lado. Fica evidente que o povo português, apesar de alguns ricos-homens se manifestarem a favor do Conde, já havia escolhido seu líder: o filho de D. Theresa. D. Afonso Henriques, contudo, apresenta papel secundário, tanto na narrativa ficcional como nos acontecimentos históricos “reais”. O próprio Alexandre Herculano, na condição de historiador, em *História de Portugal*, desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III (1846-1853), relata a ausência do infante e a tentativa do Conde de Leão e Castela (futuro Portugal):

Desconfiado, portanto, da lealdade dos ricos-homens e alcaides de Castela, o novo rei de Leão começou a substituí-los nas tenências dos lugares importantes por aragoneses, o que forçosamente contribuía para aumentar o desgosto e preparar a guerra civil. [...] Fora celebrado o

consórcio de D. Urraca durante o Outono de 1109, e no princípio do estio do ano seguinte a revolução tinha tomado tal incremento que o rei de Aragão resolveu invadir aquela província (Herculano, 1875, p. 36).

Tudo culminaria no conflito armado. A tensão era tamanha e Fernando Peres havia dado ordens para ninguém sair do burgo; inclusive, as ordens se referiam até a ele mesmo. Sua intenção era cercar e aprisionar “traidores” e garantir seu poder, porque se encontrava ainda mais ameaçado. Enquanto o Conde proferia a restritiva ordem ao alferes Garcia Bermudes, Dom Bibas adentra o recinto, cantarolando, sem reparar nos cavaleiros:

Tu vais mas voltas.
E eles ir-se-ão
E não voltarão.
Froylaz, Froylão;
Fernando de Trava.
E o seu valentão,
Dom Bulrão,
De Aragão,
Que de Dulce,
Bela Dulce,
Quer a mão...
Diabo!... (Herculano, 1997, p. 60).

O truão, novamente, disparava suas verdades sobre dois alvos já conhecidos: o Conde de Trava e Garcia Bermudes. Sendo questionado pelos dois senhores sobre sua fala, Dom Bibas continua:

Dizia esta humilde criatura que vós, mui nobre D. Garcia, sois parvo em perseguir com vossos ridículos amores a minha boa Dulce; e que vós, senhor conde de Galícia, nos faríeis especial mercê em irdes visitar as corujas do vosso castelo de Faro... (Herculano, 1997, p. 61).

Diante da ira de Fernando Peres, surge o capelão Martim Eicha, com um recado de D. Theresa: a rainha queria falar-lhe com urgência. Antes, porém, de se ausentar, o Conde de Trava fala aos presentes:

Eu ia pedir isso mesmo – respondeu o conde. – Mas antes de partir quero mostrar a traidores, na punição de seu mensageiro, que também saberei puni-los. Donzéis, arrastai este miserável daqui, e entregai-o ao vilico do castelo, que o mande açoitar pelo mais robusto dos meus

cavaliços, até que o sangue lhe brote das costas, como da língua vilíssima lhe brotam insolências alheias (Herculano, 1997, p. 61).

O bobo pediu piedade a todos os presentes. Todavia, tanto Fernando Peres como Garcia Bermudes se afastaram do local. Os donzéis – cavaleiros armados – obedeceram à ordem do seu senhor:

Estes, de feito, tinham posto mãos violentas no roliço vulto do respeitável Dom Bibas e, travando-lhe cada qual do seu braço, se assemelhavam a dois mastins pouco dispostos a largar a preá. O bufão com voz truncada de soluços acorreu-se então à tênue e inútil esperança que lhe restava.

– Assassinos, malditos, deixai-me! – gritou ele dando um empurrão aos dois mancebos que levou após si. E, agarrando-se à garnacha de Martim Eicha com toda a ânsia de susto e da desesperação, começou uma ladainha de súplicas:

– Boníssimo e reverendíssimo senhor capelão-mor, que vossa virtuosa reverência valha a um miserável jogral, que a terra de ante vossos pés beija! É dos caridosos e de grande coração perdoar aos que os ofenderam. Eu tenho pecado contra vós. *Peccavi!* Estou contrito. *Contritus sum!* Pedi por mim, santíssimo e venerabilíssimo padre. Ninguém me incitou para dizer o que disse. Foi o diabo que me tentou. *Abrenúncio!*... Podeis asseverá-lo a meu ilustre senhor, o nobre conde de Trava!... (Herculano, 1997, p. 62).

Ao pedir clemência para quem seria sua última esperança, Dom Bibas continua sendo debochado e irônico. Utiliza-se de adjetivos, no grau superlativo absoluto sintético, como “boníssimo” e “reverendíssimo”, para elevar as qualidades morais do padre; porém, na verdade, o desprezava. Ademais, mistura à sua fala, termos em latim: “*peccavi*”, para confessar que havia pecado; “*contritus sum*”, a fim de se dizer arrependido; “*abrenúncio*”, com a intenção de pedir a Deus o livramento, expressão equivalente a “Deus me livre!”. Por fim, como se pressentisse o castigo, alega ter sido o diabo que o tentou a dizer tais disparates.

Não obstante o desespero diante da aproximação de sua penitência, a súplica de Dom Bibas é bastante engraçada, porque, ainda em uma situação repleta de pavor, o truão não se nega a lançar mão de sua costumeira zombaria. O leitor já poderia prever que Martim Eicha não perderia a chance de se vingar, respondendo ao bobo, em tom escarnecedor, que o castigo era, muitas vezes, o caminho para o arrependimento. E termina aconselhando o truão a aprender a se resignar.

Nesse ponto da narrativa, Dom Bibas vê-se próximo do acontecimento que mudará drasticamente sua vida e a história de Leão e Castela: “– Está bom! Ninguém se compadece de mim! Serei açoitado como um vil servo judeu! O bobo receberá essa afrontosa pena; mas ele se converterá num demônio...” (Herculano, 1997, p. 63). De modo geral, a tortura (representada pelo açoite) tem como objetivo desumanizar a pessoa, tornando-a um objeto, tirando dela sua identidade, seu pertencimento social. Desconfigurar o indivíduo é também matar seus planos e sonhos, seus objetivos de vida e anular nele a capacidade de revolta, de não aceitação da realidade tal como ela é. Sobre essa prática, Pellegrino (1996, p. 282) afiança:

a tortura busca, à custa do sofrimento corporal insustentável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre o corpo e a mente. E, mais do que isto: ela procura, a todo preço, semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente. O projeto da tortura implica numa negação total – e totalitária – da pessoa, enquanto ser encarnado. [...] o discurso que ela busca, através da intimidação e da violência, é a palavra aviltada de um sujeito que, nas mãos do torturador, se transforma em objeto.

Fernando Peres já se sentia traído por muitos ricos-homens do Condado. Segundo o Conde, a troça de Dom Bibas contra ele era algo encomendado por seus traidores e, devido a essa desconfiança, foi tamanha a violência do castigo. Notando seu poder de governante comprometido, vê-se de tal modo ameaçado que castigar o bobo seria como estender o suplício a quem lhe negara a fidelidade.

Essa relação esclarece o processo da perda de poder e de espaço vivido pelo Conde, que se sentiu ameaçado frente a essa dura realidade e teve seu papel trocado com o do próprio bobo, isto é, seu corpo monárquico vai se dissolvendo e cedendo espaço a outro que assume o seu lugar, no caso o truão. Este decide se vingar do Conde e de seu cavaleiro espanhol, vendo a oportunidade para destruí-los no conflito definitivo, o qual ocorreria mais tarde e estabeleceria quem exerceria o poder sobre Portugal.

Dom Bibas conhecia uma passagem secreta entre o castelo de Guimarães, no qual se encontravam D. Theresa e seus aliados, até o lado de fora da fortaleza, onde estavam o infante e seus partidários. Ele revelou essa passagem aos cavaleiros do príncipe, facilitando para que vencessem o conflito e, conseqüentemente, se vingaria do Conde e de seu alferes.

O histrião termina o capítulo VI do romance dirigindo-se a Martim Eicha, pedindo-lhe ajuda. Este ri debochadamente, como a se vingar dos gracejos do histrião, que cerra os punhos e esbraveja. Dom Bibas se retira escoltado e, na sequência, gritos dolorosos são escutados. O texto propicia ao leitor imaginar o que de fato aconteceu com o bobo. Posto isso, não é de se estranhar que ele tenha desaparecido do romance, durante quatro (4) capítulos; somente retorna no capítulo XII, intitulado “O subterrâneo”, cujo substantivo revela um esconderijo. Sumido, o histrião estaria dando vida ao seu projeto de vingança contra os estrangeiros espanhóis responsáveis pelo seu açoite e sua ridicularização.

Nesse hiato quanto à presença do truão, os acontecimentos se restringem às duas intrigas apontadas e analisadas: a disputa pelo amor de Dulce, por parte de Garcia Bermudes e de Egas Moniz; o desespero de Fernando Peres em conquistar e manter aliados *versus* os esforços dos aliados do infante em cercar o burgo, em especial o castelo de Guimarães.

Nesse íterim, numa conversa entre Gonçalo Mendes, o Lidador, e Frei Hilarião, o abade do Mosteiro de D. Muma, na fortaleza do castelo de Guimarães, surge, como num ato mágico – tão comum nos romances românticos (ufanistas) – o bobo Dom Bibas. O Lidador e o abade teciam inúmeros comentários a respeito de uma possível invasão dos aliados de D. Afonso Henriques, principalmente quanto a uma rota de fuga, naquele momento em que o burgo se via tomado pelos homens do Conde de Trava. Nesse diálogo às escondidas, na escuridão da noite, seu riso rompe as trevas da noite. “O monge, o cavaleiro e todos os habitantes dos paços de Guimarães haviam-se completa e profundamente esquecido do truão, como por ventura terá acontecido a mais de um de nossos leitores” (Herculano, 1997, p. 99).

Diante do susto tomado pelos dois cúmplices, o Lidador reage com ira, pronto a desferir um golpe de punhal, quando Dom Bibas responde, em tom escarecedor:

Não gasteis comigo, nobre senhor, a única moeda com que vós outros, os poderosos, comprais não só o silêncio, mas tudo aquilo de que careceis para satisfazer paixões brutais. Se eu quisesse delatar o que vos ouvi, não fora tão louco que vos falasse (Herculano, 1997, p. 100-101).

Frei Hilarião, diferentemente de Martim Eicha, no episódio anterior ao castigo dos açoites, sai em defesa do bobo, assegurando conhecer um

meio de fuga capaz de permitir ao Lidador sair da fortaleza e anuir a entrada de D. Afonso Henriques e seus homens. O abade pede ao truão uma prova de seu intento, já que este era um simples parvo, humilhado e fraco.

Assim, Dom Bibas admite a fraqueza de seu corpo, pois não conseguiu se desvencilhar dos açoites dos carrascos, e também por trazer o coração em tristeza profunda, diante do castigo sofrido. No entanto, ele não era um homem vil, manteria sua dignidade, comparando-se a uma víbora que, diante do homem, pode parecer fraca e ele forte; quando pisada, ela revida e pica, passando por cima do cadáver do homem, outrora, sinônimo de fortaleza.

O Lidador e Dom Muma ouviam pasmados as palavras do bobo, repletas de ódio e de desespero. Com uma lanterna na mão, como uma metáfora de alguém iluminando o caminho dos aliados do infante, Dom Bibas se expressava com tanto ardor que deixou atônitos o frei e o cavaleiro e, como esse segurava o braço do truão, impedindo-o de se movimentar, logo o soltou.

Devido à fala do bobo, Gonçalo se convence da verdade em suas palavras e se despede, dizendo ter pressa em se desvencilhar da presença do frade, pois a palestra dos dois, no escuro, poderia ser alvo de suspeitas. Sua partida é impedida por Dom Bibas, que segura em sua roupa e lhe diz:

Não saireis sem me ouvirdes! – exclamou o bufão. – Quando os sisudos traçam, como vós, impossíveis, importa que os loucos tenham juízo por eles. Os vossos intentos são vãos; porque antes da madrugada vinte homens de armas da terra da Maia terão sido arrastados aos calabouços deste castelo, e talvez a cabeça de ilustre rico-homem tenha rolado aos pés do algoz. Certo cavaleiro, que há pouco trajava um zorame, deve, se cair nas mãos do conde de Trava, acompanhar o nobre senhor neste transe que o aguarda. O cavaleiro do zorame chama-se Egas Moniz, e o rico-homem chama-se Gonçalo Mendes da Maia (Herculano, 1997, p. 101).

Dom Bibas demonstra conhecer os planos do Lidador e de seu aliado, Egas Moniz, o amado de Dulce. Soube que este se escondera numa vestimenta moura, cujo capuz lhe deixava irreconhecível e tinha conhecimento também dos planos do estrangeiro Fernando Peres. Por fim o Lidador, não encontrando respostas para que um simples bobo da corte pudesse ser tão perspicaz, ouviu as explicações de Dom Bibas.

Ensanguentado e em lágrimas, irado e rolando no chão com os punhos cerrados, o truão procurava um meio de se vingar:

Todo o fel, que o rir forçado de tanto tempo lhe fizera, por assim dizer, absorver e calcar no coração, achou enfim um resfolegadouro no ódio implacável que a dolorosa e terrível afronta recebida lhe gerara lá dentro. O pensamento de vingança alcançara o que não haviam obtido as lágrimas: Dom Bibas sentia agora que ainda havia para ele consolação e esperança (Herculano, 1997, p. 103).

Foi nesse momento que Dom Bibas despiu as vestes de bobo e vestiu um traje de escudeiro, indo até o paço onde, dias antes, se realizava já referido banquete. No meio de tantas pessoas, ninguém o reconheceu, e Dom Bibas pensava que no fim da noite, com todos embriagados, seria mais fácil realizar seu desejo. Cogitava em apunhalar o Conde ou envenenar a taça onde este bebia. Logo, perdido em seus pensamentos, viu a rainha sair do local e entrar Garcia Bermudes, o alferes, tendo se escondido embaixo do enorme forro de mesa que se estendia até o chão. Foi entre as lembranças do açoite e o desvario da vingança próxima que o histrião conseguiu ter acesso aos planos do Conde.

Diante da trama de Fernando Peres que, desconfiando de uma traição de cavaleiros e ricos-homens, mandara cercar todo o burgo no intuito de identificar e matar os traidores, entre ele o Lidador e Egas, Dom Bibas toma consciência de sua importância para mudar o resultado do plano do espanhol:

e era ele vilão humilde, ele jogral, ele verme desprezível que o mui nobre conde crera esmagar num momento de cólera, quem podia entregar Guimarães ao infante e despedaçar nas mãos do ambicioso e altivo barão não só o poder, mas a vida. Dom Bibas esteve a ponto de soltar um rugido de contentamento ao ocorrer-lhe essa ideia, e um clarão de danada esperança alumiu as trevas de sua alma (Herculano, 1997, p. 103).

O contentamento de Dom Bibas se evidencia também porque ele revive as dores sentidas na ocasião da morte de Dom Henrique, o primeiro marido de D. Theresa, pai de Afonso Henriques. Acostumado com o palco das festas da corte, onde reinava como imperador, só não foi deposto de sua função de bobo real porque não havia quem o substituísse. Foi obrigado a se mudar para um aposentado úmido e escuro onde, isolado,

vivia horas ocioso. Desse tédio nasceu uma curiosidade, quando ao observar a parede, notou os vestígios de uma porta e descobriu o vestígio de uma porta.

Dom Bibas era o dono de um segredo, o possuidor da nova história de Leão e Castela. A vingança, que parecia ser algo pessoal, ganhava um contorno patriótico e histórico, mostrando o projeto literário proposto por Alexandre Herculano em sua época: o sentimentalismo aliado ao nacionalismo e às questões políticas. Conhecendo o passado, através do romance histórico, o leitor poderia refletir sobre o presente, valorizando tanto a importância da arte quanto de ser realmente um cidadão em sua época.

De posse do segredo da passagem secreta, o bobo nada confidenciara a ninguém. Naquela mesma noite, escutando a conversa do Conde, absorto nas reflexões sobre seu projeto de vingança, ouviu, de sua pocilga, o diálogo entre o Lidador e Frei Hilarião. À vista disso, conduziu os dois senhores até a passagem: “– Por aqui – dizia o bobo com um rir diabólico – é o caminho da salvação para vós, e para mim o de ver realizado o que será doravante o único pensamento da minha vida.” (Herculano, 1997, p. 104). Tanto o frei quanto o rico-homem poderiam naquele momento sair do castelo, mas o Lidador se preocupava com seus homens, cogitando em como estes poderiam fugir do burgo. Prontamente, Dom Bibas informou a Gonçalo que livraria os cavaleiros, precisando apenas de um sinal capaz de fazê-los confiar no truão. E o Lidador entregou a Dom Bibas um anel com seu selo de camafeu, dizendo que os cavaleiros lhes obedeceriam indubitavelmente.

Por fim, acreditando na vitória dos leoneses, Dom Bibas pediu a frei Hilarião para despir seu hábito e usar um traje de escudeiro que ora lhe apresentava. Renitente por usar roupas profanas, aceitou a troca ao se lembrar do ódio do Conde, capaz de mataria todos aqueles que estivessem ao lado de Dom Henriques. Após a saída do Lidador e do frei, o bobo correu em direção a Maia, local onde estava o infante e seus cavaleiros.

Garcia Bermudes, obedecendo às ordens do Conde de Trava, cercara cada vez com mais homens as saídas do burgo, tentando evitar a fuga dos aliados do filho de D. Theresa. Aos poucos se desenhava uma guerra civil, que definiria o destino de Leão e Castela: manter-se sob o domínio estrangeiro, na figura do espanhol Fernando Peres, ou estar sob o reinado de quem, para os aliados do infante, eram os verdadeiros donos da terra. Já em Guimarães o Conde tentava cercar seus inimigos, os demais distritos do

Condado de Portugal se posicionavam a favor de Dom Henriques.

Encontrando-se com Dom Henriques, Gonçalo Mendes da Maia relata sua fuga do castelo de Guimarães e a valiosa contribuição de Dom Bibas nesse intento. Diz-lhe também que o bobo fez com saíssem da fortaleza, em segurança, os vinte cavaleiros do Lidador.

Os acontecimentos seguintes contam sobre o casamento forçado de Dulce com Garcia Bermudes, com intenção de satisfazer a ordem do Conde de Trava. Egas Moniz havia sido pego e estava preso na masmorra da fortaleza de Guimarães. Fernando Peres havia proposto o casamento em troca da liberdade de Egas mentira e estava preparando a morte do amado de Dulce, por enforcamento. Como era de praxe, aos condenados era enviado um padre para lhes dar a extrema-unção. Nesse momento da narrativa, se percebe novamente a astúcia de Dom Bibas, a quem servira muito bem o hábito que havia sido do Frei Hilarião.

Habilmente, vestido com o traje monástico, o bobo adentrou a masmorra, e disse palavras em latim, com voz grossa e num tom solene, para que os soldados os ouvissem: “– Dominus salvationem notratibus”, ou seja, “O Senhor é a vossa salvação”. Em seguida, apresentou-se ao prisioneiro dizendo ter sido enviado pelo “nobre” Conde de Trava para lhe ouvir a confissão. Puxando Egas pelo braço, o truão baixou o capuz e se mostrou a face: “– Não me conheces, Egas? Não te lembras de Dom Bibas, do jogral galhardo, com que brincavas na tua infância? Ingrato, que te esqueceste de mim” (Herculano, 1997, p. 139).

Incrédulo, Egas não entendeu como poderia sair daquela prisão. No mais, sabendo do casamento de Dulce com o alferes, não via mais motivos para a sua existência. É Dom Bibas quem o dissuade, fazendo-o crer que pelo menos, poderia viver para se vingar de Garcia.

Sob o delírio da emoção de Dom Bibas ao falar da vingança, Egas, convencido, decide partir. O histrião despe o hábito, trocando-o pela roupa do prisioneiro. Antes de quedar tranquilamente na cela, pede para Egas não colocar a cabeça em risco em vão, porque no outro dia o Lidador, Gonçalo Mendes, iria salvá-lo, e isso realmente aconteceu adiante. Nesse momento, a sós naquele cubículo escuro, olhando o céu proferiu as seguintes palavras:

– Aragonês, aí te envio o meu vingador! Conde de Trava, não tarda Gonçalo Mendes! Um castelo por vinte açoites! O truão é mais generoso que tu. Oh, oh!...

E desatara a rir (Herculano 1997, p. 140).

Nota-se que o riso provocado pelo truão é, na maioria das vezes, permeado pelo próprio medo – no caso, um medo relacionado à verdade relevada por ele. Como bem pontuou Minois (2003), uma verdade dolorosa, incapaz de passar despercebida para quem, como o bobo, conseguia ter sobriedade em meio ao caos. Em decorrência desses fatores, o ato de rir desafia o poder e se coloca como resistência, conquanto frente à tortura. Enfim, a violência sofrida por Dom Bibas alimentou ainda seu desejo de vingança e, terminada a narrativa, sua gargalhada de desforra também expressou alívio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dom Bibas representa, alegoricamente, todos os oprimidos de Guimarães, as pessoas humilhadas, os verdadeiros portugueses, aqueles oprimidos pelo domínio espanhol e desejosos de dele se libertarem. Com essa passagem, o autor do romance quis demonstrar que, na ausência da ação desse povo, um personagem agiu por ele, como faz o coringa do baralho, que funciona como um trunfo,

O Bobo da Corte é o arquétipo mais útil para se lidar com os absurdos do mundo moderno e com as burocracias anônimas e amorfas de hoje, em parte porque ele vê todas as coisas com leveza e em parte porque sua maior felicidade é quebrar regras (Mark; Pearson, 2003, p. 205).

Desafiando o poder do rei através do riso, este vai mudando de tom ao longo da narrativa. O que era riso de galhofa, apesar das péssimas condições de vida enfrentadas pelo bufão quando longe do palco – pois seu destino muito piorara durante o governo de Fernando Peres – torna-se gargalhada de vingança, desesperada, sedenta pela desforra. Já não havia mais lugar para o medo, porque esse já lhe confrontara. A violência sofrida pelo açoite e a humilhação a que a situação o expôs levou Dom Bibas à perda momentânea de sua dignidade de bobo oficial do Condado português.

O riso, então, ultrapassa o medo e a dor da tortura e se torna um meio de resistência à punição. Os açoites sofridos por Dom Bibas deveriam inspirar neste medo, conquanto seriam uma lição por desafiar o poder monárquico, ato comum da parte dos truões. No entanto, Fernando Peres, o estrangeiro, por se sentir traído por parte do seu povo e tendo a posse de

sua coroa ameaçada, não aceitou as palavras de Dom Bibas, não as tomando por brincadeira. Esse bobo, extremamente consciente da tortura que sofreu, humilhado, consegue traçar um plano inteligente. Quando ele surge nas cenas, geralmente seu riso marca sua chegada e identifica seu ofício, mas, após os açoites, esse riso se tornou mais grave, indo ao encontro da afirmação de Minois (2003, p. 516): “Só as pessoas sérias sabem rir: quanto mais um homem for capaz de uma inteira gravidade, mais franco será seu riso... Para rir bem, é preciso ser um homem de convicção, acreditar firmemente em alguma coisa e constatar, de repente, que se estava enganado”.

Apesar da ironia ainda presente nas falas de Dom Bibas, seu riso esconde a dor física e psicológica sofrida por ele, embora ela seja um modo de ele continuar vivendo, como afirmara para Egas Moniz no momento de sua troca de lugar na masmorra. Por conseguinte, temos o riso como resistência ao poder pré-estabelecido (e as injustiças por ele cometido) e como uma tentativa de sobrevivência, como bem descreveu Minois (2003, p. 526): “Nosso humor cotidiano, na maior parte das vezes, é desse tipo: ele nos economiza a cólera”.

Caminhando para o desfecho do romance, no campo de S. Mamede o infante triunfava sobre o Conde de Trava e sua mãe, D. Theresa, que fugiam para o castelo de Lanhoso, a duas léguas da fortaleza de Guimarães. Na sequência, o narrador confere os créditos da vitória à sorte das armas e à vingança de Dom Bibas:

Mas por que não procuraram os vencidos amparar-se dentro dos fortes muros e torres do castelo de Guimarães? É o que não nos diz a história. Pouco importa: di-lo-emos nós. A história não conheceu Dom Bibas, e Dom Bibas, muito em segredo o revelamos aqui aos leitores, nos confere a chave desse mistério. O bobo tornara impossível semelhante arbítrio, e porventura ajudara a descer do céu a benção que cobriu as armas de Afonso Henriques (Herculano, 1997, p. 141).

Enquanto os homens do infante adentravam o castelo de Guimarães, utilizando a passagem secreta indicada por Dom Bibas, este aguardava no cárcere por sua liberdade, assistindo, às gargalhadas, ao espetáculo de seu algoz, o cavaliço do conde responsável por seus açoites, desfalecer por golpes de espada, coberto de sangue. A vingança se tornava a cada momento mais plena; “o bobo olhava para o besteiro com a voluptuosidade sangrenta de uma besta-fera” (Herculano, 1997, p. 142).

Extremamente satisfeito, o truão ainda presenciou Frei Hilarião, na igreja de S. Salvador, a entoar cânticos e orações para abençoar o príncipe D. Afonso, um importante acontecimento para o povo, que poderia ver tanto o castelo de Guimarães como o mosteiro afirmarem o poder do infante. Fortalecia-se a união do poder da coroa portuguesa e do Clero, o que mais tarde, conforme a historiografia, culminaria na criação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição Católica.

Quem ainda era favorável ao Conde, fugiu sob as vaias e pedradas dos burgueses. Chegavam, então, ao mosteiro, triunfantes, o infante e o Lidador, seguidos por Dom Bibas:

montado em um ginete do conde de Trava e ataviado com as suas louçainhas de bufão, seguia de perto o cavaleiro, rindo e fazendo visagens e momos, sem se esquecer de distribuir golpes de palheta à direita e à esquerda com toda a munificência de um truão real (Herculano, 1997, p. 143).

Nota-se que em *O bobo*, o final feliz é a vitória do povo português, obtida, principalmente, com a vingança e a astúcia de Dom Bibas. Ainda, bem ao gosto romântico, quanto ao desfecho trágico quanto ao triângulo amoroso da narrativa – Garcia Bermudes, Dulce e Egas Moniz – apesar de triste (pois todos morrem), também agradava o público burguês. Isso confirma a fusão entre histórico e ficcional, na intenção de que a literatura preencha aquilo que a historiografia não alcança quando tenta registrar a formação do país.

Encerrando o romance, o narrador comenta que o leitor poderia estar se questionando sobre o fim de Dom Bibas e dos demais personagens apresentados na narrativa. Então, após informar que, depois de fugirem para o castelo de Lanhoso – localizado onde atualmente é a cidade de Braga –, D. Theresa morreu dois após depois e Fernando Peres voltara para o solar de Trava, na Galícia, tem-se notícia do truão:

Dom Bibas reconquistou a paz de espírito com o gosto da vingança; e ainda por muitos anos alegrou os saraus de seu senhor D. Afonso. Morreu velho, deixando o importante cargo que exercitava aos dois célebres truões de Sancho I, Bonamis e Acompaniado (Herculano, 1997, p. 152).

Enfim, Dom Bibas apresenta, para o enredo da obra, um propósito político e social no romance. Através dele, de seu raciocínio rápido e

estratégico, um rei foi derrubado – o Conde de Trava – no intuito de ser elevado ao trono do Condado Portucalense, D. Afonso Henriques – um nativo português, para o povo, o verdadeiro herdeiro do trono, filho do rei D. Henrique de Borgonha e de D. Theresa. Lukács (2011) considera que o romance histórico é subgênero do romance, distinguindo-se dele tão somente quanto às suas raízes históricas, até mesmo porque, assim como o romance, preserva sua origem popular tensionada pelas grandes revoluções europeias ocorridas no século XVIII.

Assim, na narrativa, não ocorre uma simples repetição de relatos – até mesmo porque um bobo, dada sua função na corte, não poderia mudar tão profundamente os rumos da história. É evidente que, bem como os heróis de Walter Scott, Herculano não destaca, em seu romance, as grandes figuras históricas, porque disso a historiografia já se ocupa, tão somente centra-se nos anônimos personagens alheios aos grandes feitos nacionais. Sua especificidade e notoriedade, e por que não dizer “galhofa”, está em romancear a história passada, inclusive seus momentos decisivos – no caso, a Batalha de São Mamede – e colocar nas mãos de Dom Bibas – ironicamente – a responsabilidade pela independência portuguesa, derrotando os espanhóis. O truão alcança uma dupla vitória: consegue salvar o condado portucalense dos espanhóis e ainda vingá-se de seu algoz, o Conde de Trava.


REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. “Trajetos de uma forma literária”. Trad. Milton Ohata. *Novos Estudos* 77, p. 205-220, mar. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/XRts7vvR3XZ6xb8KygWqtDn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2021.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Consultoria da edição brasileira, Danilo Marcondes. Trad. Desidério Murcho. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRAGA, Bya. “Figuras Bufônicas: cultura material de ator e outros bichos”. In: BRAGA, Bya; TONEZZI, José (orgs.). *O bufão e suas artes: Artesania, disfunção e soberania*. Jundiaí: Paco, 2017. p. 55-100.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal: desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Afonso III*. Tomo II. 8. ed. Lisboa: Livraria Aillaud & Bertrand, 1875.
- HERCULANO, Alexandre. *O bobo*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARK, Margaret; PEARSON, Carol S. *O herói e o fora-da-lei: como construir marcas extraordinárias usando o poder dos arquétipos*. Trad. Merle Scoss. São Paulo: Cultrix, 2003.
- MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. Trad. Maria Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: UNESP, 2003.
- PELLEGRINO, Hélio. *Brasil: nunca mais*. São Paulo: Vozes, 1996.
- SOUZA, José Pedro G.; GARCIA, Clovis L.; CARVALHO, José F. T. *Dicionário de Política*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1998.
- VEIGAS, Ana; LOURENÇO, Carla; CAETANO, Carlos; BARATA, João. *Dossiê temático-pedagógico sobre a figura e a obra de António José Saraiva (1917-1993)*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2014. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/xv005xn>. Acesso em: 14 out. 2021.

Recebido em 8 de janeiro de 2024


Aprovado em 5 de novembro de 2024

Licença: 

Arlene Rosa Eustáquio

Doutora em Estudos Literários, Mestra em Teoria Literária e Graduada em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora de Português, Literatura e Redação da rede particular de Educação Básica de Uberlândia.

Contato: arlenerosae@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0721-3634>